

**JUSTIFICATIVA DE PAGAMENTO FORA DA CRONOLOGIA**

Trata-se de despesas relacionadas ao Processo Compra nº 1641003 05 2018, Empenho nº 141/2018, com a empresa **SETA SERVICOS TECNICOS E AGRIMENSURA EIRELI**, serviço de Georeferenciamento no valor de R\$ 42.165,33 (quarenta e dois mil, cento e sessenta e cinco reais e trinta e três centavos).

Primeiramente cumpre ressaltar que, devido ao estado de calamidade financeira pelo qual passa atualmente a Administração Pública Estadual, estabelecido através do Decreto nº 47.101/2016 da Secretaria de Estado de Fazenda – SEF vem liberando paulatinamente os recursos financeiros, impedindo que todos os pagamentos sejam realizados dentro do prazo regular. Apesar destas algumas despesas tem natureza especial, demandando que seu pagamento seja realizado de forma específica, principalmente devido ao perigo de dano ao inerente e de difícil reparação caso não seja realizado a tempo e modo devido.

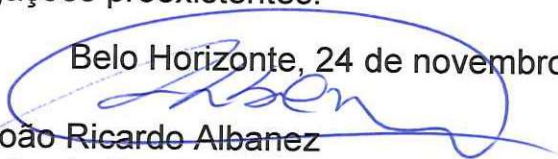
A realização de tais pagamentos fora da ordem de exigibilidade é amparada por previsão legal, mormente o disposto no artigo 5º da Lei Federal nº 08.666/1993, *in veja-se*:

"Art. 5º Todos os valores, preços e custos utilizados nas licitações terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 42 desta Lei, devendo cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada." (Grifo nosso)

Neste caso específico, temos que, por determinação da própria Secretaria de Estado de Governo gestora específica deste recurso a qual autorizou a e Secretaria de Estado da Fazenda gestora dos recursos financeiros do Estado à liberação da Cota Financeira, no valor do empenho e fornecedor acima indicado, exclusivamente para este fim, desconsiderando assim a cronologia de pagamento regular. Ademais o fornecedor subsequente na ordem cronológica, AGE Segurança e Vigilância, se encontra bloqueado no SIAFI a pedido da AGE conforme processo SEI nº 1080.01.0035424/2020-06 e R Moraes Agência Turismo Eirelli, encontra-se impedido de receber recursos conforme processo SEI nº 1230.01.0000633/2018-61. Assim, havendo cota financeira liberada para proceder os demais pagamentos nessa fonte, a SEAPA não pode prejudicar os demais fornecedores com valores à receber por problemas advindo do próprio fornecedor.

Configuradas as razões de interesses públicas acima expostas, **autorizo** o pagamento da obrigação elencada, por considerar relevantes os motivos para adimplência em detrimento de outras obrigações preexistentes.

Belo Horizonte, 24 de novembro de 2021.


João Ricardo Albanez

Ordenador de Despesa da SEAPA
Subsecretário de Política e Economia Agropecuária

**JUSTIFICATIVA DE PAGAMENTO FORA DA CRONOLOGIA**

Trata-se de despesas relacionadas ao Processo Compra nº 1641003 05 2018, Empenho nº 141/2018, com a empresa **SETA SERVICOS TECNICOS E AGRIMENSURA EIRELI**, serviço de Georeferenciamento no valor de R\$ 10.451,98 (dez mil, quatrocentos e cinquenta e um real e noventa e oito centavos).

Primeiramente cumpre ressaltar que, devido ao estado de calamidade financeira pelo qual passa atualmente a Administração Pública Estadual, estabelecido através do Decreto nº 47.101/2016 da Secretaria de Estado de Fazenda – SEF vem liberando paulatinamente os recursos financeiros, impedindo que todos os pagamentos sejam realizados dentro do prazo regular. Apesar destas algumas despesas tem natureza especial, demandando que seu pagamento seja realizado de forma específica, principalmente devido ao perigo de dano ao inerente e de difícil reparação caso não seja realizado a tempo e modo devido.

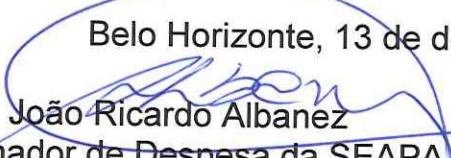
A realização de tais pagamentos fora da ordem de exigibilidade é amparada por previsão legal, mormente o disposto no artigo 5º da Lei Federal nº 08.666/1993, *in veja-se*:

"Art. 5º Todos os valores, preços e custos utilizados nas licitações terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 42 desta Lei, devendo cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada." (Grifo nosso)

Neste caso específico, temos que, por determinação da própria Secretaria de Estado de Governo gestora específica deste recurso a qual autorizou a e Secretaria de Estado da Fazenda gestora dos recursos financeiros do Estado à liberação da Cota Financeira, no valor do empenho e fornecedor acima indicado, exclusivamente para este fim, desconsiderando assim a cronologia de pagamento regular. Ademais o fornecedor subsequente na ordem cronológica, AGE Segurança e Vigilância, se encontra bloqueado no SIAFI a pedido da AGE conforme processo SEI nº 1080.01.0035424/2020-06 e R Moraes Agência Turismo Eirelli, encontra-se impedido de receber recursos conforme processo SEI nº 1230.01.0000633/2018-61. Assim, havendo cota financeira liberada para proceder os demais pagamentos nessa fonte, a SEAPA não pode prejudicar os demais fornecedores com valores à receber por problemas advindo do próprio fornecedor.

Configuradas as razões de interesses públicas acima expostas, **autorizo** o pagamento da obrigação elencada, por considerar relevantes os motivos para adimplência em detrimento de outras obrigações preexistentes.

Belo Horizonte, 13 de dezembro de 2021.


João Ricardo Albanez

Ordenador de Despesa da SEAPA
Subsecretário de Política e Economia Agropecuária